

Educação

Governo e universidade (2)

ROBERTO GARCIA SIMÕES

Está sendo traçada, pós-mudança ministerial, a linha do Governo Lula para a reforma universitária (RU). Uma das 40 "prioridades máximas" para 2004, a RU está inserida no item "inclusão social". Quais os termos que derivam dessa posição para a linha governamental dessa reforma? Li o discurso de posse e cinco entrevistas do ministro da Educação, Tarso Genro.

A grande ênfase é no significado da RU para gerar "inclusão social". Ele está expresso no discurso de posse: "modernização radical para a abertura democrática do ingresso das amplas camadas populares na universidade pública e no ensino superior em geral". E nas entrevistas: "Nossa visão estratégica a respeito da universidade pública é a seguinte: ela deve ser uma matriz de qualidade e deve dar acesso a todas as classes sociais. O Governo não é contra o ensino privado e nem vai fazer qualquer movimento para desqualificá-lo". Define que "uma universidade popular não é a que está fisicamente vinculada aos pobres. É uma universidade que está preparada para fazer com que toda a sociedade, a iniciar pelos pobres, chegue a essa terceira revolução científica e tecnológica".

Associados a essa grande ênfase da "inclusão social" na RU, os temas derivados colocados pelo ministro são: a) as cotas devem combinar pobreza, escolas públicas e raça, ressaltando as limitações; b) criação de "vagas públicas em universidades

privadas", tendo em vista a ociosidade nacional de 40%, indo além do programa de financiamento estudantil (Fies).

Outra grande ênfase para o ministro Tarso Genro é estabelecer nexos entre "elaboração doutrinária, proposta teórica e capacidade de ser implementada". E aí se destaca o financiamento do ensino superior. Discorda do trabalho do Ministério da Fazenda, sintetizado no artigo anterior. O fato de a universidade pública ter "setores sociais de renda mais elevada" não depõe contra ela, mas "contra a estrutura de classe da sociedade". Questionado sobre a cobrança de alunos e ex-alunos, o ministro aponta dúvidas legais, mas assinala que "Quanto mais renda, mais possibilidade de contribuir". Como seria a "contribuição"? "É isso o que queremos discutir". O ministro fala em um "Fundo Especial", nos moldes do Fundef ("cesta de impostos").

Ao mesmo tempo em que as linhas da RU são traçadas, com a formação de um Grupo Executivo pelo MEC, docentes e servidores voltam a se mobilizar pela questão salarial. Como conviverão a RU e a mobilização interna para superar aspectos imediatos que vêm degradando, há anos, a universidade? A RU ficará restrita aos projetos específicos sem envolver gastos?

ROBERTO GARCIA SIMÕES - professor da Ufes - escreve às quartas-feiras nesta coluna

■ e-mail: roberto@npd.ufes.br

